

2

Pressupostos teóricos

2.1. Funcionalismo

Em nossa pesquisa, temos como objetivo principal o estudo da aspectualidade do Pretérito Perfeito Composto do Indicativo (PPC), destacando sua relevância para a área de Português como Segunda Língua para Estrangeiros (PL2E). Dentro dessa perspectiva, uma base teórica de cunho funcionalista torna-se essencial para que possamos empreender uma descrição desse tempo verbal de acordo com as propostas investigativas estabelecidas.

Em linhas gerais, o Funcionalismo¹¹ compreende uma escola de estudos linguísticos cuja principal premissa está em estudar a língua em suas situações comunicativas para depreender, nesses contextos, as estruturas linguísticas que promovem a interação entre seus usuários. Ou seja, dentro da ótica funcionalista, existe uma preocupação em estudar “a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas” (Furtado da Cunha, 2010, p.157).

De acordo com Castilho (2012, p.22), são três os postulados basilares do paradigma funcional:

1. A explicação linguística deve ser buscada nos usos linguísticos e numa percepção pancrônica da língua;
2. As estruturas linguísticas não são objetos autônomos;
3. Língua é competência comunicativa.

Segundo Castilho (1994, p.76-77), para que um estudo dessa natureza seja realizável em concordância com o primeiro postulado, a abordagem funcionalista procura concentrar a atenção nos usuários e nos usos da língua, mediante a

¹¹ Lyons (1987, p.169) afirma que existem diferenças de terminologia e de interpretação que tornam difícil comparar os vários tratamentos funcionalistas das situações de comunicação dos enunciados dentro de uma colocação teórica comum. Entretanto, o autor esclarece que as abordagens funcionalistas têm um ponto em comum: a convicção de que a estrutura dos enunciados é determinada pelo uso que lhes é dado e pelo contexto comunicativo em que ocorrem.

valorização do receptor, do emissor e da variação linguística no quadro da reflexão gramatical. Nesse panorama, ao contextualizar os fatos gramaticais na situação de fala que os gerou, a gramática funcional elege como ponto de partida as significações das expressões linguísticas, indagando como elas se codificaram gramaticalmente. Desse modo, a gramática funcional utiliza os sistemas pragmático-discursivos e semânticos como pontos de partida e o sistema sintático como ponto de chegada. Como consequência, postula-se que a língua exista não porque disponha de uma estrutura, mas sim que sua estrutura exista em vista da necessidade de cumprir sua função primordial, qual seja: servir como instrumento de comunicação entre seus falantes.

Já em relação a uma visão pancrônica – outro ponto importante do primeiro postulado, Bagno (2012, p.121-122) argumenta que essa perspectiva é necessária pelo fato de a língua não se transformar por inteiro e de uma só vez. Segundo o autor, como a sociedade é heterogênea, as diferentes comunidades de fala que a compõem apresentam diferenças nos usos da língua. Com isso, explica o autor, compreende-se que todo momento da vida de uma comunidade de falantes é atravessado por forças de conservação e de inovação devidas à heterogeneidade social. Assim sendo, conclui o autor, em vez de se pensar em uma abordagem dos fenômenos linguísticos segundo a tradicional dicotomia *sincronia* vs. *diacronia*, propõe-se a noção de *diacronia na sincronia*, isto é, um olhar pancrônico.

Para que o segundo postulado tenha validade e esteja em parceria com o primeiro, Martelotta & Kenedy (2003, p.20) explicam que a língua não deve ser analisada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, estando sujeita às influências oriundas das diferentes situações comunicativas, as quais ajudam a moldar e determinar sua estrutura gramatical. Nesse sentido, Castilho (2012, p.23) afirma que, dentro do funcionalismo, as estruturas linguísticas podem ser descritas e interpretadas a partir das seguintes propriedades:

- a) As estruturas são flexíveis e permeáveis às pressões do uso, combinando-se com a estabilidade dos padrões morfossintáticos cristalizados e com as estruturas emergentes, ainda não cristalizadas.¹²

¹² Conforme descrito por Bagno (*op.cit.*): o constante embate entre as forças de conservação e as forças de inovação.

- b) As estruturas não são totalmente arbitrárias. De acordo com Furtado da Cunha (2010, p.167), os linguistas funcionais defendem a ideia de que a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência;
- c) As estruturas são dinâmicas e sujeitas a reelaborações constantes, através do processo de gramaticalização^{13,14}. É o que explica Grebriers (1987, p.129), conforme citado por Neves (2001, p.3):

Pode-se dizer que o caracteriza a concepção de linguagem definida pela gramática funcional é o seu carácter não apenas funcional como também dinâmico. Ela é funcional porque não separa o sistema linguístico e suas peças das funções que têm de preencher, e é dinâmica porque reconhece, na instabilidade da relação entre estrutura e função, a força dinâmica que está por trás do constante desenvolvimento da linguagem [...].

Dessa maneira, o funcionalismo “não deve ser visto como uma abordagem monolítica”, conforme orienta Castilho (2012, p.21). Ao contrário: para o autor, o funcionalismo reúne um conjunto de subteorias que coincidem na postulação de que a língua tem funções cognitivas e sociais que desempenham um papel central na determinação das estruturas e dos sistemas que organizam a gramática de uma língua. Essas estruturas não são fechadas, pois, como explica o autor, representam as continuadas gramaticalizações das necessidades sociais de expressão e de intercomunicação. Portanto, conclui o autor, a pesquisa de ordem funcionalista concentra-se no esclarecimento das relações entre forma e função, especificando aquelas funções que parecem exercer influência na estrutura gramatical.

No que tange o significado de *função*, Garvin (1978 apud NEVES, 2001, p.6) ressalta que esse termo é utilizado no sentido de *relação* dentro dos estudos linguístico-funcionais. Assim, ao trabalharmos o elemento *função* nesta pesquisa, ele pode designar as seguintes *relações*: a) entre uma forma e outra (função sintática); b) entre uma forma e seu significado (função semântica); c) entre o sistema de formas e seu contexto (função pragmática).

A interligação do terceiro postulado com os dois anteriormente descritos pode ser feita se refletimos, por exemplo, sobre o próprio objeto de estudo de nossa

¹³ Furtado da Cunha (2010, p.173) define esse último conceito: “Gramaticalização designa um processo unidirecional, segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizadas, continuam a desenvolver novas funções gramaticais”.

¹⁴ Castilho (2010, p.405-407) explica que o próprio PPC constitui um exemplo de gramaticalização em português. Segundo o autor, as construções com essa perífrase, que antes codificavam o aspecto resultativo, atualmente agenciam a *noção de passado que se estende ao presente*.

pesquisa, o PPC. Lançando-se mão dos dois primeiros postulados, somos diretamente orientados a pensar nos usos e contextos comunicativos em que o PPC se faz recorrente, além de tentar absorver a semântica desse tempo verbal com a finalidade de, posteriormente, tratar de sua estrutura sintática, estando todo esse processo circunscrito a uma linha descritiva que seja relevante à área de PL2E, conforme definimos no início desse capítulo. E é justamente nesse ponto que esbarramos em uma problemática bem antiga: já no início do século XX, Boléo (1936, p.3) salientava a complexidade do tema, ao destacar a dificuldade que a maioria dos estrangeiros sente em apreender bem a distinção semântica, bem como a diferença de emprego do PPC, em relação a outros tempos verbais.

Na verdade, o problema descrito pelo autor diz respeito ao terceiro postulado da abordagem funcionalista: a competência comunicativa. Neves (2001, p.2) argumenta que qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente. Comunicar-se com eficiência, ou seja, ter a competência comunicativa em determinada língua significa, portanto, possuir a “capacidade de não apenas codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória” (Neves, 2001, p.15).

Tendo em vista as informações anteriores, compreendemos que um estudo de ordem funcionalista consiste em explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua e analisar as condições discursivas em que se verifica esse uso. Diante desse quadro, entendemos que os domínios da pragmática, semântica e sintaxe precisam estar relacionados e interdependentes em todo o processo. Portanto, ao lado da descrição sintática, cabe, prioritariamente, investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas linguísticas e seus contextos específicos de uso. De forma sucinta, podemos dizer que, dentro da abordagem funcional, a estrutura gramatical encontra-se diretamente *dependente e motivada* pelo uso que se faz da língua.

A combinação dos três postulados do funcionalismo, em parceria com a problemática levantada quanto ao uso e a semântica do PPC frente a outros tempos verbais, permite-nos fazer o seguinte questionamento: se dentro do paradigma funcional, a principal função da língua consiste em servir de instrumento para fins

comunicativos, o que há na configuração pragmático-semântico-sintática do PPC que, de algum modo, acaba interferindo em sua compreensão e, conseqüentemente, na competência comunicativa dos aprendizes de PL2E?

O próprio Boléo (1936, p.vii) oferece, de forma congruente, uma sugestão para o desenvolvimento de uma resposta à questão acima levantada:

Uma das partes mais interessantes e, por certo, das mais difíceis da sintaxe, é, incontestavelmente, a que trata do verbo. E nesta, o capítulo dos tempos do passado, é dos que mais suscitam logo a atenção, pela variedade e riqueza de formas de que as línguas dispõem.

Portanto, alinhar os elementos pragmáticos, semânticos e sintáticos para uma descrição do PPC significa: averiguar os contextos comunicativos que agenciam seu uso, entender a semântica de sua utilização e, finalmente, verificar como essas questões estão sintaticamente estruturadas. Com base nas informações pertinentes ao texto supracitado, em conjunto com a perspectiva funcionalista previamente descrita em seus três postulados, podemos estabelecer a seguinte linha de raciocínio para a nossa investigação: há situações comunicativas que permitem e exigem o uso do PPC, as quais articulam uma semântica intrínseca através desse tempo verbal e são sistematizadas gramaticalmente por meio de sua *perífrase* que, a princípio, entendemos como sendo a causa do estranhamento¹⁵ tipicamente vivenciado pelos aprendizes de PL2E.

Assim, estabelecendo-se como elemento problemático central a complexidade pragmático-semântica envolvida na estrutura perifrástica do PPC (*verbo TER no presente do Indicativo + verbo principal no particípio passado*), precisamos de uma gramática funcional que tenha no verbo, mais especificamente na *predicação verbal*, a força motriz para sua teorização, sistematização e fornecimento de conceitos instrumentais de análise aplicáveis ao escopo de nossa pesquisa.

De acordo com Meyer (1991, p.38), o Funcionalismo se desenvolveu em diferentes correntes, cada uma priorizando um diferente objeto de análise, e cada uma abordando de forma mais ou menos enfática a questão do nível pragmático de estruturação linguística. Entretanto, para o nosso estudo em questão, uma vertente do funcionalismo que possui o verbo como elemento-chave é o chamado

¹⁵ Esse estranhamento, conforme demonstramos na introdução deste trabalho, corresponde à semelhança formal dessa perífrase com as de outros idiomas (tais como o francês, o espanhol, o italiano e o inglês), mas que possui uma perspectiva aspectual distinta em português.

Funcionalismo Holandês, tendo como obra de referência a Gramática Funcional de Simon C. Dik, organizada em duas versões: a primeira, de 1978, e a segunda, de 1997. Em ambas, as *predicações verbais* constituem a estratégia inicial para a teorização e configuração de uma gramática funcional¹⁶.

Hengeveld & Mackenzie (2008, p.2) oferecem uma proposta teórica atualizada da teoria supracitada, mas elegem os *atos de fala* como as unidades básicas para análise, buscando refletir evidências psicolinguísticas em sua arquitetura básica, fator este que foge do escopo de nossa investigação. Portanto, uma vez que damos prioridade neste trabalho às questões inerentes às predicações verbais a partir de conceitos como *predicador* (elemento semântico-sintático) e *aspectualidade* (resultante das informações de natureza pragmático-semântico-sintática, conforme demonstramos nos capítulos seguintes), as obras de Dik (1978; 1997) fornecem todo o cabedal teórico de que precisamos.

Assim sendo, tratamos dos detalhes da teoria da gramática funcional de Dik nos itens subsequentes da seguinte forma: primeiramente, apresentamos uma visão geral desse modelo de gramática, seus princípios e crenças, junto com a definição dos conceitos instrumentais de análise, com base na obra de Dik (1978). Posteriormente, devido às características aspectuais do PPC, fazemos a inclusão de outras ferramentas analítico-descritivas através da versão de Dik (1997)¹⁷.

2.2.

A gramática funcional de Dik (1978)

Esta seção traz os conceitos fundamentais sistematizados por Dik na obra de 1978 e que servem como elementos teórico-basilares para esta tese, quais sejam: *predicador*, *Estado de Coisas*, *predicação*, *predicação nuclear*, *predicação estendida*, *valência verbal*, *argumentos nucleares*, *satélites* e *papéis temáticos*.

¹⁶ Furtado da Cunha (2010, p.159-165) explica que as primeiras análises na linha funcionalista são atribuídas aos membros da Escola de Praga, que se originou no Círculo Linguístico de Praga fundado em 1926 pelo linguista tcheco Vilém Mathesius. Outra manifestação funcionalista pode ser encontrada na Escola de Londres, sobretudo, através das ideias de Michael K. Halliday. Há ainda o chamado funcionalismo norte-americano, sob influência dos trabalhos de etnolinguistas como Franz Boas, Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf.

¹⁷ A necessidade de utilizarmos as duas versões da Gramática Funcional de Dik neste trabalho justifica-se em virtude de todos os detalhes da fundamentação teórico-conceitual estarem concentrados em sua versão de 1978, como o próprio autor afirma: “esta obra substitui nossa Gramática Funcional de 1978, embora nem todos os tópicos discutidos naquela primeira versão estejam aqui descritos nos mesmos detalhes”. (Dik, 1997, p.vi).

2.2.1. Principais conceitos

A teoria da gramática funcional de Dik (1978) possui como princípio organizacional a visão da língua como um instrumento de interação social entre os seus usuários, cujo propósito primordial está em estabelecer relações comunicativas. Dentro dessa abordagem, o objetivo de toda descrição linguística deve ser o de revelar como os falantes fazem uso dos recursos linguísticos nas diversas situações sociais. Portanto, a interação verbal, entendida como a interação social através do uso da língua, constitui uma atividade tanto estruturada quanto cooperativa: estruturada no sentido de ser regida por convenções, regras ou normas sociais; cooperativa, porque durante a interação verbal, os usuários precisam ajudar-se mutuamente, esquematizando seus atos de fala da melhor maneira possível, com o propósito de garantir uma comunicação eficiente e eficaz. Além disso, são justamente essas regras de cunho social que servem de pano de fundo para a interação verbal: elas auxiliam e orientam as decisões que os usuários precisam tomar durante os eventos comunicativos¹⁸. Em caráter complementar, as ferramentas que proporcionam a interação entre os usuários, as expressões linguísticas, constituem os elementos representativos do sistema linguístico em jogo.

Consequentemente, do ponto de vista funcional proposto por Dik (1978, p.1), a linguística deve ocupar-se de dois tipos de sistemas de regras:

- 1) As regras que governam a constituição das expressões linguísticas, ou seja, as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas;
- 2) As regras que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões linguísticas são usadas, isto é, as regras pragmáticas.

Através da organização estabelecida nos dois sistemas acima, compreende-se que o primeiro funciona como instrumental em relação às metas e aos propósitos do segundo, uma vez que o requisito básico para a utilização do paradigma funcional está em estabelecer que as expressões linguísticas sejam descritas e

¹⁸ Segundo Azeredo (2011, p.57): “A língua é uma forma de conhecimento e um meio de construir, estabelecer, manter e modificar relações com os outros. Por isso mesmo, uma mesma pessoa é capaz de utilizar diferentes ‘estilos’ ou registros de língua, conforme o contexto ou as finalidades da comunicação”.

explicadas em termos de um quadro geral fornecido pelo sistema pragmático de interação verbal. Segundo Neves (2001, p.25), a gramática funcional de Dik pretende ser uma teoria que preencha esse requisito, pois constitui uma teoria de componentes integrados, uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual, entretanto, só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria da interação verbal.

A fim de que isso seja teoricamente possível, Dik (1978, p.2) orienta que, sempre que possível, os seguintes princípios de explicação funcional devem ser aplicados:

- 1) Uma teoria da linguagem não deve se contentar em apenas apresentar as regras e princípios que estão subjacentes à construção das expressões linguísticas, mas deve tentar, dentro do possível, explicar essas regras e princípios em termos de sua funcionalidade em relação aos modos de uso das expressões;
- 2) Embora em si própria uma teoria das expressões linguísticas não seja o mesmo que uma teoria da interação verbal, é natural exigir que ela seja planejada de tal modo que possa mais fácil e realisticamente ser incorporada em uma teoria pragmática mais ampla de interação verbal.

Os dois princípios, assim entendemos, incorporam a essência da ótica funcionalista: as explicações sobre as estruturas linguísticas manifestas em determinada língua devem ter como suporte o contexto comunicativo em que ocorrem. Portanto, ainda que haja um foco inicial em alguma expressão linguística, deve-se verificar a situação comunicativa que a viabilizou. Nas palavras de Dik (1978, p.5): “A pragmática é a moldura dentro da qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas”.

Para Richards & Rogers (2010, p.15), toda abordagem pressupõe um conjunto de princípios e crenças em relação a um objeto de estudo específico. Em sua gramática funcional, Dik (1978, p.5) organiza esse conjunto de elementos teóricos conforme o quadro esquemático a seguir:

Gramática Funcional de Dik (1978)	
Perspectiva	Princípios e Crenças
a) Como definir uma língua	A língua é um instrumento de interação social.
b) A função primária da língua	A função primária da língua é a comunicação.
c) Correlato psicológico	O correlato psicológico da língua é a competência comunicativa: a habilidade de conduzir a interação social por meio da língua.

d) O sistema e seu uso	O estudo do sistema linguístico deve ter lugar no interior do sistema de usos linguísticos
e) A língua e o contexto	A descrição dos elementos linguísticos de uso de uma língua deve proporcionar pontos de contato com o contexto em que ocorreram.
f) Aquisição da língua	A criança descobre o sistema que subjaz à língua e ao uso linguístico, ajudada por <i>inputs</i> de dados linguísticos extensos e altamente estruturados, presentes em contextos naturais.
g) Universais linguísticos	Os universais linguísticos são especificações inerentes às finalidades da comunicação, à constituição dos usuários da língua e aos contextos em que a língua é usada.
h) A relação entre a Pragmática, Semântica e Sintaxe	A Pragmática é a moldura dentro da qual a Semântica e a Sintaxe devem ser estudadas. A Semântica é dependente da Pragmática, e as prioridades vão da Pragmática para a Sintaxe <i>via</i> Semântica.

Tabela 1 – O Funcionalismo segundo Dik (1978)

Mantendo-se a centralidade no verbo como elemento basilar para a organização de sua gramática funcional, Dik (1978) propõe como primeiro item conceitual o termo *predicação*. A partir deste, outros conceitos são detalhadamente introduzidos: *Estados de Coisas*, *predicador*, *argumentos*, *predicação nuclear*, *predicação estendida* e *satélites*.

Segundo Neves (2011, p.23), uma *predicação* constitui um conteúdo proposicional, isto é, um *fato*, que pode ser conhecido ou pensado, pode ser causa de surpresa e de dúvida, pode ser mencionado, negado, rejeitado ou lembrado. A predicação, por conseguinte, designa um *Estado de Coisas*, uma codificação linguística que o falante faz da situação. Com base nessa noção, Dik (1978) traça um plano tripartite, dando prioridade à predicação verbal¹⁹ e sistematizando-a em termos de funções (ou relações) pragmáticas, semânticas e sintáticas, conforme a explicação dada em Neves (2001, p.26), apresentada a seguir:

- 1) Funções semânticas: constituem os papéis semânticos dos elementos envolvidos nos Estados de Coisas designados pela predicação;
- 2) Funções sintáticas: dizem respeito à especificação da perspectiva a partir da qual o Estado de Coisas é apresentado na expressão linguística;

¹⁹ O vocábulo *predicado* – e consequentemente, os termos *predicação* e *predicador* – no contexto da gramática funcional de Dik (1978) equivale, de início, aos itens lexicais pertencentes à categoria sintática dos verbos. Em um momento posterior, o próprio Dik amplia seus usos, conforme explica Peres (1984, p.39): “Os predicados não se limitam à classe comumente designadas por verbos. Efetivamente, além de predicados verbais, consideram-se predicados adjetivais e predicados nominais”.

- 3) Funções pragmáticas: representam o estatuto informacional de um constituinte dentro do contexto comunicativo mais amplo em que ocorre.

Assim, segundo Dik (1978, p.15-16), a estrutura de uma predicação verbal tem como matriz configuracional elementos abstratos chamados *predicadores*, as molduras pré-fabricadas existentes no léxico que são utilizadas na descrição dos Estados de Coisas. Os predicadores trazem em si informações de cunho semântico e sintático que permitem a construção e utilização das expressões linguísticas pragmaticamente.

Cada predicator²⁰ contém em sua estrutura um conjunto de espaços vazios a serem preenchidos por *argumentos*, isto é, os termos que correspondem aos elementos referidos dentro do universo do discurso, estabelecidos em uma instância comunicativa. Os predicadores são a moldura-base para a formação das *predicações*, pois determinam sua forma lexical, categoria sintática, o número de argumentos exigidos, as restrições de seleção para utilização dos argumentos, as funções semânticas que os argumentos devem desempenhar e a relação sintática que podem estabelecer entre si. Desse modo, o plano tripartite proposto por Dik (1978), envolve duas questões essenciais: a *operação* predicar e o *ato* de predicar. De acordo com Mira Mateus et al. (1983, p.46):

Se, de um ponto de vista semântico, a operação predicar consiste em atribuir uma determinada propriedade a um certo termo ou em estabelecer uma relação entre termos, do ponto de vista comunicativo, o ato de predicar (e, portanto, a construção de predicações) visa, fundamentalmente, descrever Estados de Coisas relativos a um dado universo de referência.

Com o intuito de promovermos um melhor entendimento dos itens conceituais até aqui apresentados, consideremos o uso do *predicador verbal* TRANSFERIR no seguinte contexto:

- (1) “O que o discurso oficial não tem tocado é que não há dinheiro no saldo do encargo Reserva Global de Reversão (RGR) para pagar as indenizações do setor elétrico. Para efetuar os pagamentos, o governo ***tem transferido*** recursos da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) para a RGR”.

(*Estadão*, 25/03/2014)

²⁰ A terminologia varia entre os autores, devido às possibilidades de tradução e interpretação do termo cunhado por Dik (1978, p.5): “predicate-frames”. Assim, Neves (2001, p.83), utiliza o termo “predicação subjacente”, enquanto Peres (1984, p.38) classifica-o como “molde proposicional”. Mira Mateus et al. (1983, p.46), Castilho (2010, p.688) e Meyer (1991, p.43) valem-se do vocábulo “predicador”. Em nossa pesquisa, optamos pelo último, dado o seu uso mais recorrente.

No caso, o predicator verbal TRANSFERIR é utilizado na construção de uma predicação com o PPC, qual seja: O governo tem transferido recursos da CDE para a RGR.

Essa predicação representa um Estado de Coisas, ou seja, uma codificação linguística de uma situação, relatada em um veículo de comunicação de massa, o jornal *O Estado de São Paulo*. Além disso, de acordo com os elementos envolvidos, observamos que o predicator em jogo administra a manipulação de quatro itens argumentais: *O governo, recursos, da CDE e para RGR*. Ademais, o modo como os elementos estão dispostos (isto é, sua organização sintática), permite-nos interpretar essa predicação com o cunho informacional de *transferências de posses (ou de recursos)* de uma localização inicial para um local final.

Desse modo, é possível determinar não só as funções semânticas que cada termo possui dentro da predicação, como também as restrições que são impostas para o preenchimento de cada espaço vazio do predicator e as relações entre cada argumento, evitando-se, assim, a formação de uma sentença agramatical: a) *O governo* corresponde à entidade desencadeadora, isto é, a *causadora* do Estado de Coisas. Portanto, deve ocupar a primeira posição argumental; b) *recursos* representa o item manipulado, o *objeto transferido*, ocupando o segundo espaço vazio do predicator; c) *da CDE* abrange a localização inicial do objeto transferido, isto é, a *origem*: preenche o terceiro espaço vazio; d) *para a CDE* constitui a localização final do objeto transferido, ou seja, o *destino*: quarto e último espaço vazio no molde predicacional. Portanto, o predicator verbal TRANSFERIR, no contexto em que se encontra, exprime uma relação de mudança de localização – ou seja, de transferência de localização – envolvendo quatro entidades, interpretadas como CAUSADOR, OBJETO TRANSFERIDO, ORIGEM e DESTINO, devido à relação sintático-posicional que ocupam no molde-predicacional.

Somado a esta última informação, temos o fato de a realização de uma ação por parte de um dos argumentos estar emoldurada na perífrase com o PPC: a combinação de um termo argumental com o aspecto semântico de *causador* (O governo) em parceria com o predicator verbal TRANSFERIR, oferece uma visão iterativa dessa predicação verbal, qual seja: uma repetição de transferências. Finalmente, a predicação com o PPC só ganha sentido através do contexto em que se encontra: uma vez que não há verba suficiente em um dos fundos governamentais (RGR) e, haja vista a necessidade de realizar um número plural de

indenizações/pagamentos a outro órgão (CDE), o Estado de Coisas retratado diz respeito a um problema que teve início no passado, alcança o presente e, graças ao estado de má administração Federal, tende a continuar no futuro.

Para Neves (2011, p.25), é através dessa sistematização, conforme o exemplo acima descrito, que os predicadores podem designar as propriedades ou relações que estão na base das predicções que se formam quando eles se constroem com os seus argumentos (os participantes da relação predicativa) e com os demais elementos do enunciado. Por conseguinte, toda predicção constitui o resultado final obtido após a inserção dos respectivos argumentos a um predicador específico, ou seja, toda predicção é formada a partir das molduras pré-existentes no léxico, os predicadores.

Dik (1978, p.25) estabelece dois tipos de predicções: *nucleares* e *estendidas*. O autor define predicção nuclear como sendo a aplicação de um predicador a um número apropriado de termos funcionando como argumentos vitais para esse predicador. Os termos, conforme já expusemos acima, são expressões com grande potencial referencial, isto é, expressões que podem ser utilizadas para fazer referência a entidades de determinado mundo. Na predicção nuclear, os argumentos são essenciais para a compreensão e definição do Estado de Coisas. É por esse motivo que esses argumentos também são chamados de *argumentos nucleares*.

A predicção estendida, no entanto, é definida pelo autor como sendo uma ampliação da predicção nuclear, através da inserção de argumentos não essenciais à esquematização do Estado de Coisas em jogo, servindo apenas como informações adicionais para a predicção. Esses tipos de argumentos são chamados de *satélites*. De acordo com Dik (1978, p.50), os satélites podem promover informações extras, tais como:

- 1) Especificações adicionais sobre o Estado de Coisas: *modo, instrumento*;
- 2) Relações do Estado de Coisas com outros participantes: *beneficiário, companhia*;
- 3) Relações do Estado de Coisas com a dimensão temporal: *tempo, duração, frequência*;
- 4) Relações do Estado de Coisas com a dimensão espacial: *localização, origem, direção, trajeto*;

- 5) Relações do Estado de Coisas com outros estados de coisas:
circunstância, causa, finalidade, entre outras.

Vejamos outro exemplo:

- (2) “O número de *apps* para Android **tem crescido** mais rápido”.
(*O Globo*, 22/04/2012)

O predicador verbal CRESCER necessita de apenas um argumento nuclear, o elemento que sofre um processo de mudança (*O número de apps*). Portanto, sua predicação nuclear consiste em *O número de apps* **tem crescido**. Contudo, há informações adicionais sobre esse Estado de Coisas, qual seja: a maneira como ele ocorre, através do termo (*mais rápido*). Desse modo, a combinação da predicação nuclear (*O número de apps tem crescido*) com o elemento satélite (*mais rápido*) gera a predicação estendida do exemplo acima: *O número de apps* **tem crescido** *mais rápido*.

Segundo Meyer (1991, p.46), os argumentos nucleares estão previstos na própria estrutura semântica do predicador, enquanto os satélites, embora não sejam obrigatórios, podem nela ser inseridos, desde que o predicador os aceite e caso haja necessidade comunicativa para tal. Além disso, dependendo da configuração da predicação, um item satélite pode desempenhar a função de argumento nuclear para que uma sentença agramatical não seja formada.

Exemplo:

- (3) “150 pessoas **têm morrido** por dia no país”.
(*Estadão*, 31/12/2012)

O termo indicador de frequência (POR DIA) precisa ser inserido no escopo dos argumentos nucleares a fim de se evitar a sentença agramatical abaixo:

- (3a) *150 pessoas **têm morrido** no país.

Na busca por uma sistematização que integre e inter-relacione os conceitos elencados em sua obra, Dik (1978, p.26) propõe um esquema gráfico-representacional para os predicadores de uma língua, conforme indicamos na figura a seguir:

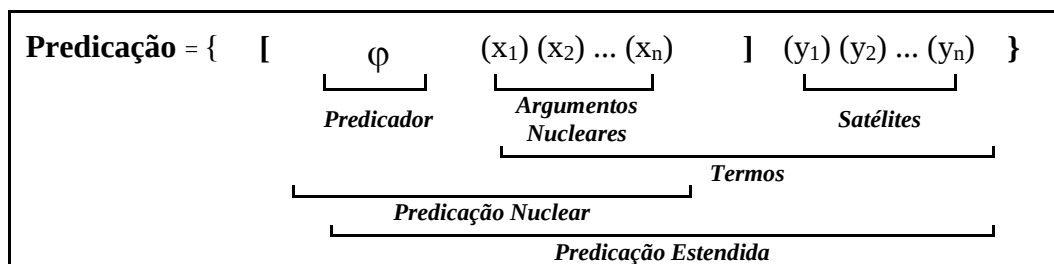


Figura 1 – Fórmula proposta por Dik (1978) para configuração dos predadores e formação de predicações nucleares e estendidas²¹.

Na fórmula acima, o predicador é marcado pela letra grega ϕ (phi); o número de argumentos nucleares, através das variáveis $x_1, x_2, \dots, x_n$; e a ocorrência de satélites, pelas variáveis $y_1, y_2, \dots, y_n$. Cada termo, nuclear ou satélite, precisa ter suas funções semânticas caracterizadas dentro da predicação através de uma indexação, em subscrito, à direta²². Além disso, o tipo de predicador (verbal, nominal ou adjetival, por exemplo) deve ser especificado, também a partir de um índice em subscrito à direita²³. Por fim, complementa Dik (1978, p.30), se as posições argumentais de um predicador forem preenchidas parcialmente, de modo que haja espaços vazios a serem ocupados por termos, ocorre o que o autor chama de *predicação aberta*. Portanto, no exemplo:

(4) “Justin Timberlake **tem investido** na profissão de ator”

(O Globo, 25/01/2013)

O predicador verbal INVESTIR é utilizado com apenas dois argumentos nucleares: (*Justin Timberlake*) e (*na profissão de ator*). Um dos argumentos com as informações sobre o que tem sido investido (*dinheiro, tempo, esperança, etc.*), encontra-se implícito na predicação. Temos, portanto, a ocorrência de uma predicação aberta.

Aplicando a fórmula proposta por Dik (1978) aos exemplos que utilizamos anteriormente, temos as seguintes configurações verbo-predicacionais:

1) Predicação nuclear formada com o predicador TRANSFERIR:

²¹ A fim de facilitar a visualização dos elementos correspondentes à predicação nuclear, utilizamos o estilo de fonte **negrito** para os colchetes [].

²² As funções semânticas dos argumentos são apresentadas na seção 3.2.3 – Papéis temáticos para a descrição das predicações com o PPC.

²³ As indexações em subscrito para as funções semânticas e para o tipo de predicador não estão presente na fórmula acima. Segundo Dik (1978, p.26), essas informações encontram-se disponíveis no próprio predicador.

Predicação = { [TRANSFERIR_V (O governo)_{CAUSADOR} (recursos)_{OBJETO} (da CDE)_{ORIGEM} (para a RGR)_{DESTINO}] (y₁) (y₂) ... (y_n) }

= O governo tem transferido recursos da CDE para a RGR.

- 2) Predicação estendida formada com o predicador CRESCER:

Predicação = { [CRESCER_V (o número de apps para Android)_{OBJETO} (mais rápido)_{MODOS}] }

= O número de apps para Android tem crescido mais rápido.

- 3) Predicação nuclear formada com o predicador MORRER:

Predicação = { [MORRER_V (150 pessoas) (por dia)_{TEMPO/FREQUÊNCIA}] (no país)_{LUGAR} }

= 150 pessoas têm morrido por dia no país.

- 4) Predicação aberta formada com o predicador INVESTIR:

Predicação = { [INVESTIR_V (Justin Timberlake)_{CAUSADOR} (x₂)_{OBJETO} (na profissão de ator)_{RECEPTOR}] (y₁) (y₂) ... (y_n) }

= Justin Timberlake tem investido na profissão de ator.

Em vista das informações até aqui expostas, entendemos que a estrutura semântica do predicador, por meio dos seus argumentos nucleares, é a responsável por veicular as informações necessárias para que um Estado de Coisas fique definido. Consequentemente, uma classificação inicial para os predicadores de uma língua pode ser estabelecida tendo-se como referência o *número* de argumentos nucleares que cada predicador exige para que uma predicação seja instanciada, ou seja, os predicadores podem ser analisados a partir de sua *valência*.

Essas questões são trabalhadas na seção que segue.

2.2.2. Valência verbal

Segundo Vilela (1995, p.31-32), chamamos de *valência*²⁴ a capacidade de as palavras estabelecerem, com base no seu significado lexical, determinadas relações com outras palavras. Para o autor, a valência representa uma dada rede de relações, criada à volta de uma unidade de significado. Portanto, entendemos como *valência verbal*, no âmbito dos predicadores verbais com base em Dik (1978), o conjunto de construções que podem ser agenciadas, levando-se em conta o significado lexical

²⁴ Termo proposto por Tesnière (1965).

do predador, o número de argumentos utilizados e as devidas relações estabelecidas entre os termos da predicação.

De acordo com Bagno (2012, p.515-516), a análise do verbo em termos de sua valência oferece uma riqueza de possibilidades de compreensão do papel fundamental dessa classe de palavras no funcionamento da língua. Para o autor, uma dessas perspectivas está em classificar os predadores verbais conforme o número de argumentos nucleares utilizados. Nesse sentido, Borba (1996, p.33-34), registra que esse número varia de zero a quatro para o português e para as demais línguas românicas, permitindo, desse modo, a seguinte classificação e sistematização para a classe de predadores verbais:

- 1) Predadores de zero lugar: esses tipos de predadores não exigem argumentos nucleares podendo, contudo, permitir a presença de satélites, caso seja necessário. De acordo com a fórmula proposta por Dik (1978), temos a seguinte configuração:

$$\text{Predicação} = \{ [\text{PREDICADOR}_V (\emptyset)] (y_1) (y_2) \dots (y_n) \}$$

A inexistência de argumentos nucleares é representada pelo símbolo “ $\emptyset$ ” (= “vazio”) entre parênteses. Vejamos um exemplo:

- (5) “**Tem nevado** muito em Lech nos últimos dias”.

(Estadão, 18/02/2012)

No caso:

$$\text{Predicação} = \{ [\text{NEVAR}_V (\emptyset)] (\text{muito})_{\text{INTENSIDADE}} (\text{em Lech})_{\text{LUGAR}} (\text{nos últimos dias})_{\text{TEMPO/DURAÇÃO}} \}$$

- 2) Predadores de um lugar: essa classe de predadores exige a ocorrência de apenas um argumento nuclear. Novamente, se preciso, elementos satélites poderão ser incluídos. Sua representação é:

$$\text{Predicação} = \{ [\text{PREDICADOR}_V (X_1)] (y_1) (y_2) \dots (y_n) \}$$

Exemplo:

- (6) “Bette Midler **tem viajado** muito”.

(Estadão, 02/03/2013)

Assim, temos:

Predicação = { [VIAJAR_V (Bette Midler)_{CAUSADOR}] (muito)_{INTENSIDADE} }

3) Predicadores de dois lugares: demandam a ocorrência de dois argumentos nucleares, podendo também acrescentar satélites a uma predicação. Possuem a seguinte estrutura:

Predicação = { [PREDICADOR_V (X₁) (X₂)] (y₁) (y₂) ... (y_n) }

Exemplo:

(7) “O Reino Unido tem controlado as Malvinas desde 1833”.

(O Globo, 17/04/2012)

Assim:

Predicação = { [CONTROLAR_V (O Reino Unido)_{CAUSADOR} (as Malvinas)_{OBJETO}]
(desde 1833)_{TEMPO/DURAÇÃO} }

4) Predicadores de três lugares: configuram-se pelo uso de três argumentos nucleares, com ou sem satélites argumentais. São representados pela seguinte configuração:

Predicação = { [PREDICADOR_V (X₁) (X₂) (X₃)] (y₁) (y₂) ... (y_n) }

Exemplo:

(8) “Anderson Moreira tem deixado Souza no banco de reservas”.

(O Globo, 18/04/2011)

Portanto:

Predicação = { [DEIXAR_V (Anderson Moreira)_{CAUSADOR} (Souza)_{OBJETO} (no banco de reservas)_{LUGAR}] }

5) Predicador de quatro lugares: atuação de quatro argumentos nucleares, tendo-se ou não satélites. Apresentam o seguinte formato:

Predicação = { [PREDICADOR_V (X₁) (X₂) (X₃) (X₄)] (y₁) (y₂) ... (y_n) }

Exemplo:

(9) “O governo tem transferido recursos da CDE para a RGR”.

(Estadão, 25/03/2014)

No caso:

Predicação = { [TRANSFERIR_V (O governo)_{CAUSADOR} (recursos)_{OBJETO} (da CDE)_{ORIGEM} (para a RGR)_{DESTINO}] }

O ponto central na elaboração da teoria da gramática funcional de Dik (1978), conforme apresentamos nos parágrafos precedentes, está na utilização de predicadores na construção de predicações, quer sejam nucleares ou estendidas. Além disso, a manipulação de grandezas de ordem pragmática, semântica e sintática é realizada partindo-se de um contexto comunicativo real de uso da língua, cuja sistematização se dá a partir da atribuição de funções semânticas e sintáticas aos argumentos nucleares (e satélites, quando existentes). É justamente esse procedimento que, de acordo com Dik (1978, p.32), permite a elaboração de uma *Tipologia de Estados de Coisas*, ou seja, uma sistematização funcional das possíveis situações comunicativas a partir da predicação.

Nessa seção, portanto, estabelecemos uma classificação parcial para as predicações do PPC, tendo-se como base o número de argumentos nucleares: predicadores de zero lugar e de um, dois, três e quatro lugares. Na seção seguinte, apresentamos uma sistematização ampliada dos Estados de Coisas, a qual inclui o estudo dos papéis temáticos principais para cada tipo de tipologia predicacional.

Com essa perspectiva em mente, mostramos de que maneira a natureza do predador determina não só o número de argumentos nucleares, como também os papéis temáticos e relações sintáticas que esses argumentos devem possuir para que a predicação se torne pragmaticamente realizável.

2.2.3. Tipologia de estados de coisas

Conforme tratamos na seção anterior, as propriedades dos predicadores definem as estruturas subjacentes que são inerentes às predicações nucleares e estendidas. Portanto, uma análise dessa dinâmica configuracional viabiliza a esquematização de uma tipologia de Estados de Coisas de caráter geral, a qual utilizamos no tratamento das predicações agenciadas pelo PPC com o intuito de permitir um melhor entendimento de sua semântica e usos, de acordo com as funções e relações dos termos argumentais envolvidos.

Assim sendo, os termos argumentais indicam as entidades em um determinado mundo, real ou mental, os itens que são referenciados. Já os

predicadores fornecem as propriedades desses termos (suas funções semânticas, ou seja, os diferentes papéis temáticos que cada termo pode ter no Estado de Coisas estabelecido na predicação em que ocorrem), além das relações estabelecidas entre eles, isto é, suas funções sintáticas. Assim, no exemplo:

- (10) “Uma vitória de Netanyahu dois meses antes das eleições dos Estados Unidos é vista como uma forma de dar ao líder da direita israelense uma postura mais sólida ante o presidente americano, Barack Obama. Os dois líderes têm tido uma relação difícil”.

(O Globo, 06/05/2012)

Verificamos que o predicador verbal TER, no contexto em que ocorre, estabelece uma relação de *experiência*, exigindo a presença de pelo menos dois argumentos. No caso, os termos referenciados (*Os dois líderes = Barack Obama e Netanyahu*) e (*uma relação difícil*). Ao determinar esse tipo de relação, um desses itens argumentais deve receber a função semântica de *experienciador*, enquanto o outro, a de *objeto*. Desse modo, as informações de natureza sintática são esquematizadas do seguinte modo: o item com a função semântica *experienciador* (*Os dois líderes*) ocupa a primeira posição argumental do predicador; o termo com a função semântica de *objeto*, por conseguinte, preenche o segundo espaço vazio.

Segundo Dik (1978, p.32), os Estados de Coisas podem ser organizados de acordo com alguns *parâmetros*. Dependendo do valor que esses parâmetros possuam e da inter-relação entre eles, é possível estabelecer uma classificação para os diferentes Estados de Coisas²⁵. Para o autor, há dois parâmetros fundamentais que são, inicialmente, suficientes para essa tarefa: *dinamismo* e *controle*.

Ainda de acordo com o autor, o parâmetro *dinamismo* pode ser subdividido em dois: *dinâmico* [+din] e *não dinâmico* [-din]. Por definição, Estados de Coisas não dinâmicos são aqueles em que não há qualquer mudança, ou seja, as entidades envolvidas são apresentadas como permanecendo as mesmas em todo o momento do intervalo de tempo em questão. Assim, como bem reforça Peres (1984, p.84-85), também podem ser entendidos como *não mutacionais*. Portanto, Estados de Coisas não dinâmicos são classificados como *situações*. Em contrapartida, Dik (1978,

²⁵ Por constituir uma releitura e adaptação da gramática funcional de Dik (1978) para a língua portuguesa, utilizamos a obra de Peres (1984) para o tratamento das informações referentes a esses parâmetros.

p.32-33) esclarece que Estados de Coisas dinâmicos são aqueles em que se pode observar uma transição ou mudança de estado, ou seja, são de cunho *mutacional*. Nesse caso, conforme explica o autor, são classificados como *eventos*.

O parâmetro controle também permite uma subdivisão em dois elementos: *controlado* [+con] e *não controlado* [-con]. Um Estado de Coisas é dito controlado quando uma das entidades envolvidas na predicação tem o poder de determinar a realização ou não desse Estado de Coisas. A essa entidade, Peres (1984, p.87) associa a terminologia *causador*. Por conseguinte, no caso de um Estado de Coisas não controlado, isto é, em que há ausência de uma entidade com a função de *causador*, as demais entidades envolvidas na predicação não podem afetar o Estado de Coisas em si.

Assim sendo, Dik (1978, p.34) conclui que a conjugação dos parâmetros *dinâmico* e *não dinâmico* com os de cunho *controlado* e *não controlado* fornece quatro classes gerais de Estados de Coisas: *Ação, Processo, Posição e Estado*. Peres (1984, p.69-70) provê uma explicação sobre essas quatro classes a partir dos predicadores que as compõem:

1) Predicadores acionais: os que ocorrem em predicações que designam Estados de Coisas que envolvem qualquer mudança no intervalo de tempo da sua duração e que se combinam com um termo que representa uma entidade dada como causador dos Estados de Coisas que as predicações designam.

Exemplo:

(11) “Os autores têm publicado muito”.

(*Estadão*, 1º/12/2012)

Nesse exemplo, o predicador verbal PUBLICAR agencia um Estado de Coisas mutacional: a publicação de obras. Para tal, ele se relaciona com o termo (Os autores), o qual constitui o elemento causador, o elemento provocador de mudanças no intervalo de tempo em que ocorre.

2) Predicadores processuais: os que ocorrem em predicações que designam Estados de Coisas que envolvem qualquer mudança no intervalo de tempo da sua duração e que não se combinam com um termo que represente uma entidade dada como causador dos Estados de Coisas que as predicações designam.

Exemplo:

(12) “O preço do dólar tem caído”.

(*O Globo*, 09/01/2012)

No caso, o argumento (*O preço do dólar*) não é o responsável direto pelas mudanças. Pelo contrário: representa o termo que sofre os processos mutacionais de queda, haja vista o uso do predicator verbal CAIR.

3) Predicadores posicionais: os que ocorrem em predicções que designam Estados de Coisas que não envolvem qualquer mudança no intervalo de tempo da sua duração e que se combinam com um termo que representa uma entidade dada como causador dos Estados de Coisas que as predicções designam;

Exemplo:

(13) “O atirador tem ficado calado nos interrogatórios”.

(*Estadão*, 24/07/2012)

Na situação acima, o item nuclear (*O atirador*) é o responsável direto pela manutenção do estado não mutacional, qual seja: permanecer em silêncio.

4) Predicadores estativos: os que ocorrem em predicções que designam Estados de Coisas que não envolvem qualquer mudança no intervalo de tempo da sua duração e que não se combinam com um termo que represente uma entidade dada como causador do Estado de Coisas que as proposições designam.

Exemplo:

(14) “O urso polar tem sido um quebra-cabeça científico”.

(*O Globo*, 19/04/2012)

Os argumentos envolvidos na predicção acima, (*O urso polar*) e (*um quebra-cabeça científico*), não instauram qualquer mudança no Estado de Coisas descrito, haja vista sua ocorrência com o predicator verbal e estativo SER.

A tabela a seguir resume as informações referentes às classes de Estados de Coisas que acabamos de descrever:

Parâmetro2: Controle (Causativo)	Parâmetro1: Dinamismo (Mutacional)		Estados de Coisas
	Dinâmico (Eventos)	Não dinâmico (Situações)	
Controlado	Ação	Posição	
Não controlado	Processo	Estado	

Tabela 2 – Estados de coisas conforme Dik (1978, p.34) e Peres (1984, p.69-70)

Uma vez definidos e sistematizados os conteúdos informativos de cada uma das quatro classes de Estados de Coisas, devemos, nesse momento, verificar quais são os papéis temáticos dos argumentos nucleares para a formação de cada uma dessas predicções.

A próxima seção trata dessas questões.

2.2.4.

Papéis temáticos para a descrição das predicções com o PPC

A introdução dos papéis temáticos para a descrição das funções semânticas e sintáticas de uma predicação exige cautela. Perini (2008, p.181) afirma que esses elementos apresentam um problema espinhoso, que requer discussão, haja vista a falta de uma proposta única e que estabeleça um conjunto confiável de critérios capazes de promover a elaboração de uma lista completa de papéis temáticos para determinada língua. Com isso em mente, embora a obra de Dik (1978) ofereça um conjunto de papéis temáticos para uma descrição inicial das quatro classes de estados de coisas organizadas na tabela anterior, optamos pela utilização de uma obra suplementar: a proposta de Peres (1984), pois configura um texto de implementação da teoria da gramática funcional de Dik (1978) com um olhar voltado à língua portuguesa.

De acordo com as informações da seção anterior, a conjugação dos parâmetros dinamismo (mutacional) e controle (causador) fornece quatro classes gerais de estados de coisas: ações, processos, situações e estados. Além disso, dentro do ponto de vista da gramática funcional de Dik (1978, p.36-39), cada uma delas pode ser descrita por meio das informações das funções semânticas e sintáticas viabilizadas pelos argumentos nucleares, graças à estrutura pré-estabelecida pelos predicadores.

Peres (1984, p.118-119) oferece um quadro sinótico para uma descrição e análise dos principais papéis temáticos nas predicções nucleares. Segundo o autor, os itens abaixo são, a princípio, os mais importantes para os objetivos em questão:

1. Causador (C) – corresponde a uma entidade que desencadeia um Estado de Coisas;
2. Objeto (O) – corresponde a uma entidade envolvida em qualquer tipo de Estado de Coisas, onde não desempenha qualquer das restantes funções semânticas especificadas. Pode, portanto, representar:
 - a) Uma entidade que se encontra num estado, que sofre um processo ou que é afetada por uma ação de que não é causadora;
 - b) Uma entidade que constitui o conteúdo ou o estímulo da experiência;
 - c) A entidade transacionada;

- d) A entidade em relação a qual se verifica uma determinada localização;
- e) A entidade transferida;
- 3. Experienciador (E) – corresponde à entidade que se encontra numa situação ou que sofre um evento de carácter psíquico de que não é causadora;
- 4. Possuidor (P) – corresponde à entidade que se encontra numa situação de posse de outra entidade, não sendo dada como causadora dessa situação;
- 5. Receptor (R) – corresponde à entidade que adquire a posse de uma outra entidade;
- 6. Dador (D) – corresponde à entidade que perde a posse de uma outra entidade;
- 7. Lugar (L) – corresponde à entidade que constitui o espaço de uma outra entidade;
- 8. Origem (Or) – corresponde à entidade que constitui o espaço a partir do qual uma outra entidade é transferida;
- 9. Destino (Dt) – corresponde à entidade que constitui o espaço para o qual uma outra entidade é transferida.

Na seção abaixo, apresentamos a descrição das quatro classes de predicadores com base em Dik (1978) e Peres (1984). Fornecemos uma visualização direta de como a categoria de um predicador acional, processual, posicional ou estativo, a partir do número de argumentos que agencia, determina os tipos de argumentos que devem ocupar cada um dos espaços vazios do molde predicacional, ou seja, as funções semânticas de cada item nuclear. Com isso, fica também definida a relação sintático-posicional que esses termos devem possuir na predicação.

Ao final de cada seção, oferecemos alguns exemplos de uso dos papéis temáticos aqui introduzidos.

2.2.5.

Estados de coisas dinâmico-mutacionais e controlados: as ações

Por definição, um Estado de Coisas de ordem acional prevê a atuação de um termo que tenha a função semântica de *causador*, ou seja, constitui uma entidade que tem o poder de desencadear uma mudança de situação, fato este que dá à predicação uma caracterização dinâmica. Portanto, entendemos que os predicados de ação exigem, pelo menos, um argumento nuclear. Assim sendo, um predicador

de um lugar deve simbolizar a própria entidade controladora do evento, recebendo por isso o nome de CAUSADOR.

Em Dik (1978), para que esse único argumento nuclear receba essa classificação, ele precisa apresentar os traços volitivo, humano e intencional. Entretanto, como estamos incluindo a proposta de Peres (1984), chamamos essa entidade de CAUSADOR, mesmo que não apresente nenhum desses três traços semânticos.

Caso o predicador acional tenha um segundo argumento nuclear, isto é, seja um predicador de dois lugares, este termo deve designar a entidade que sofre o efeito da ação aplicada pelo causador, sendo então classificada como OBJETO.

A presença de um terceiro argumento nuclear, caso de uma predicação de três lugares, inclui um dos seguintes papéis temáticos: RECEPTOR ou DADOR;

A predicação nuclear de quatro lugares é composta pela existência de um CAUSADOR, um OBJETO e de um elemento de cada um dos pares a seguir: DADOR/RECEPTOR ou ORIGEM/DESTINO.

Vejamos alguns exemplos:

1) Predicador acional de um lugar:

→ Bette Midler_{CAUSADOR} tem viajado muito_{INTENSIDADE}

→ Os autores_{CAUSADOR} têm publicado muito_{INTENSIDADE}

2) Predicador acional de dois lugares:

→ O Reino Unido_{CAUSADOR} tem controlado as Malvinas_{OBJETO}

3) Predicador acional de três lugares:

→ O Festival Varilux do Cinema Francês_{CAUSADOR} tem trazido filmes e convidados_{OBJETO} ao país_{DESTINO}

→ O aumento de flanelinhas_{CAUSADOR} tem tirado a paciência_{OBJETO} de moradores e motoristas_{DADOR}

4) Predicador acional de quatro lugares:

→ O governo_{CAUSADOR} tem transferido recursos_{OBJETO} da CDE_{ORIGEM} para a RGR_{DESTINO}

2.2.6.

Estados de coisas dinâmico-mutacionais e não controlados: os processos

De forma semelhante aos Estados de Coisas acionais, os predicadores de ordem processual também são responsáveis pelo desencadeamento de uma

mudança de situação, fato este que dá à predicação uma caracterização dinâmico-mutacional. Entretanto, a diferença vital encontra-se no fato de o termo gerador do processo, um item CAUSADOR, não estar presente na estrutura da predicação. Esse aspecto permite a inclusão de predicadores de zero lugar nesse grupo que engloba, assim, as predicções ligadas a fenômenos meteorológicos. Para estes casos, os papéis temáticos que porventura estiverem presentes encontram-se relacionados a satélites, cuja classificação semântica depende da predicação.

Os predicadores processuais de um lugar possuem um argumento nuclear que representa a entidade que sofre o efeito de um processo e será classificada como OBJETO.

Vejamos alguns exemplos.

1) Predicador processual de zero lugar:

- [Ø]Tem nevado muito_{INTENSIDADE} em Lech_{LUGAR} nos últimos dias_{TEMPO/DURAÇÃO}
- [Ø]Tem chovido mais_{INTENSIDADE} no Cinturão do Milho dos Estados Unidos_{LUGAR}

2) Predicador processual de um lugar:

- O preço do dólar_{OBJETO} tem caído
- O número de apps para Android_{OBJETO} tem crescido mais rápido_{MODOS}

2.2.7.

Estados de coisas não dinâmicos e controlados: as situações

Os Estados de Coisas caracterizados como situacionais incluem, pela definição já exposta, a existência de um item argumental capaz de manter o não dinamismo da predicação, isto é, um termo CAUSADOR. Desse modo, um predicador situacional de dois lugares, por exemplo, inclui um termo com a função de causador e um segundo, com a função típica de LUGAR, ou seja, o local onde o causador se mantém. Além disso, existe a possibilidade de esse segundo termo desempenhar a função de OBJETO, um termo que é mantido em um estado não dinâmico pelo causador.

Finalmente, predicadores de três lugares possuem os papéis temáticos de CAUSADOR, OBJETO e LUGAR.

Vejamos alguns exemplos:

1) Predicador posicional de dois lugares²⁶:

→ (15) O governo_{CAUSADOR} tem mantido uma política de desvalorização do real_{OBJETO}

2) Predicador posicional de três lugares:

→ Enderson Moreira_{CAUSADOR} tem deixado Souza_{OBJETO} no banco de reservas_{LUGAR}

2.2.8.

Estados de coisas não dinâmicos e não controlados: os estados

Os predicadores que traduzem Estados de Coisas de natureza estativa representam os casos em que não há mudança de estado dentro de um intervalo de tempo pré-estabelecido, uma vez que as entidades envolvidas não possuem o poder de promover qualquer tipo de alteração na configuração desse Estado de Coisas.

Na gramática funcional de Dik (1978), não são sistematizados papéis temáticos para os itens argumentais nucleares para essa classe de predicadores. Segundo o autor, uma classificação para esses itens argumentais é desnecessária. Assim, esses termos apresentam um rótulo indexador com o símbolo vazio “Ø” em Dik (1978). Para esses casos, contudo, consideramos os papéis temáticos propostos por Peres (1984).

Portanto, predicadores de dois lugares podem apresentar, por exemplo: a) itens argumentais classificados como OBJETOS, buscando exprimir uma relação estática entre essas duas entidades; b) o primeiro dos termos nucleares com a função de EXPERIENCIADOR e o segundo, com a função de OBJETO, expondo uma relação estática de experiência; c) o primeiro dos itens com a função de POSSUIDOR; o segundo, com o papel de OBJETO, trabalhando uma relação estática de posse.

Vejamos alguns exemplos:

1) Predicador estativo de dois lugares:

→ O urso polar_{OBJETO} tem sido um quebra-cabeça científico_{OBJETO}

→ Os dois líderes_{EXPERIENCIADOR} têm tido uma relação difícil_{OBJETO}

→ O Nordeste_{EXPERIENCIADOR} tem vivido uma situação paradoxal_{OBJETO} nos últimos anos_{TEMPO/DURAÇÃO}

²⁶ (O Globo, 05/09/2012)

Concluímos, assim, a apresentação dos principais conceitos teóricos propostos por Dik (1978).

Há, entretanto, um fator importante em relação ao PPC com o qual ainda precisamos trabalhar: seu valor aspectual, ou seja, a propriedade que esse tempo verbal possui de instanciar a duração ou a repetição de um Estado de Coisas que teve início no passado, alcança o momento presente, podendo até mesmo continuar por algum tempo no futuro. Consequentemente, a noção de aspecto constitui uma ferramenta vital para que possamos traçar um quadro analítico-descritivo das informações semântico-pragmáticas intrínsecas ao PPC.

O estudo de questões aspectuais implica, inevitavelmente, o embate entre três terminologias: *Aktionsart* (aspecto lexical ou modo de ser da ação), *Aspekt* (aspecto gramatical) e *Aspectualidade*. Entre os três termos conceituais sobre o assunto, Dik (1997) utiliza-se do último, sendo, portanto, o termo por nós adotado neste trabalho.

Desse modo, as informações de cunho aspectual são introduzidas na seção subsequente, através da proposta de Dik (1997).

2.3.

A gramática funcional de Dik (1997)

Esta seção complementa os conceitos fundamentais sistematizados por Dik (1978). Os itens aqui tratados também servem de base para um estudo pragmático-semântico-sintático do PPC. São eles: *aspecto lexical* ou *modo de ser da ação* (*Aktionsart*), *aspecto gramatical* (*Aspekt*), *aspectualidade*, *(im)perfectividade*, *(a)telicidade* e *momentaneidade* (*instantaneidade*), *predicadores de ação-realização*, *ação-atividade*, *processo-dinamismo*, *processo-mudança*, *situação-posição* e *situação-estado*.

2.3.1.

Aspekt, *Aktionsart* e *aspectualidade*

De acordo com Mendes (2005, p.49), o pretérito perfeito composto – *ter* (*presente*) + *particípio passado* – é uma construção perifrástica cujo uso aspectual em português é bastante diferente, se comparado ao da forma correlata em outras línguas românicas. Nas palavras do autor, o passado composto em português não expressa *perfectividade*, como no francês e em algumas variedades do espanhol. No

português contemporâneo, essa construção expressa o aspecto *imperfectivo* (iterativo e durativo)²⁷.

A percepção dessas noções aspectuais relativas ao PPC traduz a dificuldade inicial que muitos estudantes de PL2E enfrentam ao se depararem com enunciados construídos com essa perífrase verbal, principalmente quando buscam em sua língua materna, ou em alguma outra que tenham aprendido posteriormente, um tempo verbal que, embora seja estruturalmente semelhante, apresenta uma semântica completamente diferente. Consequentemente, o entendimento do caráter imperfectivo que o PPC agencia por meio de sua perífrase exige um estudo de fundamentação aspectual. Para tanto, precisamos, inicialmente, definir qual deve ser a aplicabilidade do termo *aspecto* dentro de nossa investigação. Dentre as terminologias existentes, três são as mais recorrentes: *aspecto*, *Aktionsart* (modo de ação) e *aspectualidade*.

Segundo Campos (1997, p.12), o aspecto manifesta-se através dos seguintes sistemas: a) gramatical: nesse caso, é comumente designado por *aspecto gramatical* ou *aspecto* simplesmente e corresponde à oposição de determinados tempos gramaticais como, por exemplo, o clássico embate entre o Pretérito Perfeito Simples e o Pretérito Imperfeito. Além disso, pode incluir o uso de determinadas perífrases verbais. Por exemplo, temos a observação feita por Bechara (2009, p.216-217) sobre as perífrases *andar* + *gerúndio* em oposição a *vir* + *gerúndio*. A primeira promove uma visão comitativa, ou seja, um tratamento da ação verbal em diversos momentos de seu curso. A segunda, contudo, possui valor retrospectivo, uma vez que vê a ação verbal a partir de um ponto indefinido anteriormente mencionado em direção a outro ponto, que coincide com o momento de observação da ação. Portanto, como aponta Azeredo (2009, p.208), o aspecto gramatical é expresso por algum mecanismo formal regular da língua; b) lexical: habitualmente referido como “*Aktionsart*”, modo de ser da ação, modalidade de ação, modo de processo (entre muitas outras designações). Nesse grupo, tange os próprios lexemas verbais a que é inerente determinada característica semântica. Por exemplo, *chegar* normalmente traduz uma noção *télico-pontual*, diferente de *caminhar*, cuja semântica indica um

²⁷ De acordo com Bagno (2012, p.550): “O *perfectivo* é a descrição dos fatos acabados, concluídos, pontuais etc., de produtos, por assim dizer, enquanto o *imperfectivo* descreve situações iniciais (inceptivas), situações em andamento (cursivas) e situações perto de acabar (terminativas) ... A boa figura para representar o *perfectivo* é o ponto, enquanto para o *imperfectivo* podemos usar a seta que indica prosseguimento”.

traço mais *atélico*. Desse modo, explica Azeredo (2009, p.208), o aspecto lexical diz respeito a uma distinção devida ao significado lexical dos verbos, ou seja, corresponde à conceptualização dos Estados de Coisas – eventos ou situações – realizada pelos próprios verbos.

Conforme explica Bataller (2008, p.5), Maslov (1978) introduz o termo *aspectualidade* como uma proposta teórica que tanto captura a essência das duas terminologias que acabamos de descrever, como também leva em consideração as informações semânticas e sintáticas dos argumentos envolvidos em uma predicação. Consequentemente, a noção de aspectualidade sugerida pelo autor amplia consideravelmente o escopo de um estudo de ordem aspectual, uma vez que procura tratar da predicação como um todo. Além disso, constitui o termo teórico escolhido por Dik (1997) para o tratamento de assuntos de ordem aspectual, sendo então o termo por nós adotado.

De acordo com Dik (1997, p.221-222), as seguintes subáreas encontram-se organizadas sob o rótulo geral da *aspectualidade*:

1. O tipo de Estado de Coisas: corresponde à sistematização estabelecida através das classes de predicadores *acionais*, *processuais*, *posicionais* e *estativos*, por exemplo. Leva em consideração, portanto, o *aspecto lexical*;
2. As distinções aspectuais de ordem gramatical, ou seja, o *aspecto gramatical*;
3. A oposição Perfectividade / Imperfectividade: esse tipo de aspectualidade articula-se sobre o questionamento se o Estado de Coisas é apresentado a partir de um ponto de vista exterior, como um todo completo e indivisível (Perfectivo), ou a partir de um ponto de vista interior, como estando em progresso, ou seja, sem estar completo (Imperfectivo);
4. Fases: são as distinções que servem para especificar o desenvolvimento do Estado de Coisas, em termos de começo, continuação e fim. “Trata-se da relação entre o momento da observação e o grau do desenvolvimento da ação verbal observada” (Bechara, 2009, p.217);
5. Perspectiva: são as distinções que relacionam a ocorrência do Estado de Coisas apenas por um ponto vista externo, ou seja, a maneira como

visualizamos o Estado de Coisas. No caso do PPC, temos os casos de uma perspectiva *durativa* ou *iterativa*²⁸;

6. Quantificação: expressam diferentes formas de quantificação através do conjunto de ocorrências de um Estado de Coisas. A iteratividade, por exemplo, encaixa-se nesse item.

Portanto, para uma descrição da aspectualidade do PPC, as informações ligadas aos itens elencados acima são de suma importância.

Segundo Ignácio (2005, p.90), a nova abordagem proposta por Dik (1997) fornece um leque mais abrangente de critérios classificatórios graças aos novos parâmetros escolhidos. Um desses elementos leva em consideração informações ligadas à aspectualidade, permitindo a ampliação da tipologia de Estado de Coisas estabelecida em Dik (1978).

As próximas seções apresentam essas informações.

2.3.2.

Reflexões para a ampliação da tipologia inicial de Estados de Coisas em Dik (1978)

Conforme delineamos nos parágrafos anteriores, Dik (1978) elege como parâmetros para o estabelecimento de uma tipologia inicial de Estados de Coisas as variáveis *dinamismo* e *controle*. A conjugação desses dois elementos, subdivididos em dois itens cada (dinâmico e não dinâmico *versus* controlado e não controlado), organiza os Estados de Coisas em quatro classes gerais: *Ação*, *Processo*, *Posição* e *Estado*. Contudo, um ponto importante para a interpretação dos usos e da própria semântica do PPC encontra-se relacionado a sua *aspectualidade*. A problemática do tema pode ser verificada nas palavras de Boléo (1936, p.8) a seguir:

O que torna expressivo o perfeito composto português e lhe atribui um lugar inconfundível e único no quadro das línguas românicas é, como disse, a faculdade de poder exprimir a duração ou a iteração sem qualquer expressão adverbial (embora esta se lhe possa vir juntar).

²⁸ Bechara (*op.cit.*, p.214-215) explica que há dois tipos de perspectivas: a) *primária*, a qual enquadra a posição do falante em relação com a ação verbal. Segundo o autor, o falante pode ter a ação verbal como “paralela” a si mesmo, antes deste ponto ou depois dele. Com isso, a perspectiva primária pode ser *paralela*, *retrospectiva* ou *prospectiva*; b) *secundária*, a qual consiste no fato de que cada espaço temporal delimitado pela perspectiva primária pode ser disposto outra vez segundo o mesmo princípio.

Na perspectiva proposta pelo autor supracitado, o PPC permite o tratamento de Estados de Coisas de natureza durativa e/ou iterativa de tal modo que a interpretação dessas predicções constitui um procedimento praticamente autossuficiente, bastando, teoricamente, o entendimento dos itens constantes em sua perífrase verbal. Para nós, entretanto, esse ponto de vista constitui o primeiro dos pontos emblemáticos sobre os usos do PPC.

Um segundo delimitador na compreensão da semântica do PPC evidencia-se na reflexão sugerida por Ilari (2001, p.141): “O PPC aponta para um período que, começando no passado, alcança o momento da fala e, eventualmente, o ultrapassa”. Ou seja: além de poder instanciar a duratividade e/ou iteratividade por meio de sua estrutura perifrástica, é de suma importância o entendimento de como esses Estados de Coisas são escalonados no tempo: um olhar que abrange passado, presente e, possivelmente, o futuro.

O terceiro e último item encontra-se relacionado aos dois anteriores, a partir do momento em que estabelecemos como foco a descrição da aspectualidade do PPC e sua relevância para a área de PL2E: a dificuldade com que a maioria dos estrangeiros se depara ao tentar compreender a semântica e os usos desse tempo verbal, ou seja, o desafio em adquirir a competência comunicativa para perceber e compreender os itens citados acima.

Assim, mediante o que acabamos de expor, surge um novo questionamento: como podemos relacionar as questões inerentes à iteratividade e duratividade do PPC, conforme apresentadas por Boléo (1936), utilizando os conceitos teórico-metodológicos propostos na gramática funcional de Dik (1978), através de um olhar que tenha em perspectiva a aspectualidade desse tempo verbal?

Uma resposta a essa pergunta diz respeito ao fato de a tradicional oposição entre *perfectividade* e *imperfectividade* poder ser associada aos termos (ou parâmetros) *telicidade* e *atelicidade*, respectivamente, como afirma Campos (1997, p.13-14):

Opõem-se os verbos ‘télcos’ ou ‘transitórios’, cujo modo de processo implica a passagem de um limiar semântico, o atingir de uma finalidade (gr. *telos*), aos verbos ‘atélcos’ ou ‘não transitórios’, que remetem para processos que, em si mesmos, são independentes da ideia de limite, isto é, que podem, teoricamente, ser prolongados indefinidamente... Essa oposição corresponde à oposição tradicional entre não durativo / durativo, ação-ponto / ação linha, perfectivo / imperfectivo.

Por conseguinte, é através dessa perspectiva de pareamento entre perfectividade-telicidade *versus* imperfectividade-atelicidade, que Dik (1997) amplia o escopo de sua gramática funcional, criando uma nova tipologia de predicadores que levam em conta a aspectualidade das predicções.

Na próxima seção, apresentamos essa nova proposta.

2.3.3.

Ampliação da tipologia de Estados de Coisas: a obra de Dik (1997)

Com o intuito de ampliação do escopo de sua proposta teórica inicial de 1978, Dik (1997) inclui dois novos parâmetros aos dois pré-existentes²⁹ para o tratamento analítico das tipologias de predicados: as variáveis *telicidade* e *momentaneidade*. A finalidade principal desses dois instrumentos está em agenciar o escalonamento dos Estados de Coisas em relação a um determinado intervalo de tempo, permitindo tanto uma visão mais introspectiva, ou seja, mais interna do Estado de Coisas, quanto uma análise mais generalizada do evento/situação, isto é, um olhar que enxerga o Estado de Coisas como um todo.

Por definição, um Estado de Coisas de caráter *télico* [+tel] “atinge um ponto terminal ao ser completamente realizado” (Dik, 1997, p.108). Nesse sentido, Estados de Coisas de ordem télica tendem a um fim, possuindo, consequentemente, duração limitada. Em contrapartida, os Estados de Coisas de característica *não télica* [-tel] “são concebidos como tendo duração ilimitada” (Dik, 1997, p.111).

O parâmetro *momentaneidade* se insere como uma explicação complementar à perspectiva analítica dos Estados de Coisas de natureza télica [+tel]. Ainda segundo o autor, os casos de ordem télica possuem duração limitada, isto é, esses Estados de Coisas continuam em andamento até que seu ponto terminal seja alcançado. Entretanto, a chamada “duração limitada” pode ser *visualizada* de duas maneiras, através da inclusão da variável *momentaneidade*: enquanto os eventos [+mom] abrangem os Estados de Coisas de caráter pontual, em que o começo da ação (ponto inicial) coincide com seu fim (ponto terminal), ou seja, correspondem a ações praticamente instantâneas, os eventos com características [-mom] ocupam certa duração no tempo, uma vez que é possível distinguir seus pontos inicial e

²⁹ Os dois parâmetros inicialmente propostos em Dik (1978) são *dinamismo* e *controle*. Peres (1984), relaciona o primeiro com o parâmetro *mutacional* e o segundo, com o termo *causador*. Confira páginas 47-49 deste capítulo.

terminal. Consequentemente, entendemos que os Estados de Coisas de cunho télico [+tel] compreendem duas possibilidades:

- 1) Os Estados de Coisas *télico-pontuais* ou *instantâneos*: a combinação das variáveis [+tel] e [+mom];
- 2) Os Estados de Coisas *télico-extensivos*: os eventos télicos de certa duração no tempo, isto é, os casos de natureza terminativa em que é possível visualizar o começo e o fim do Estado de Coisas. Compreende, assim, o arranjo combinacional das variáveis [+tel] e [-mom]³⁰.

Por conseguinte, o parâmetro télico [+tel] enfatiza o caráter terminativo da predicação por enxergá-la em direção a um ponto final. Em contrapartida, a outra variável, o parâmetro não télico [-tel], reforça a extensão ou prolongamento do Estado de Coisas eventivo no intervalo de tempo em jogo.

Com isso em mente, através da inclusão do parâmetro *telicidade* em sua obra, Dik (1997, p.114-116) reformula e amplia a tipologia de Estados de Coisas. Assim, a conjugação dos parâmetros *dinamismo/mutacional*, *controle/causador* e *telicidade/atelicidade* expande as classificações, gerando seis classes de Estados de Coisas: 1) Ação-realização; 2) Ação-atividade; 3) Processo-mudança; 4) Processo-dinamismo; 5) Situação-posição; 6) Situação-estado.

A tabela abaixo apresenta a nova tipologia de Estados de Coisas proposta por Dik (1997):

Parâmetros			Estados de Coisas	TIPOLOGIA DE ESTADOS DE COISAS
Parâmetro₁	Parâmetro₂	Parâmetro₃		
Dinamismo (Mutacional)	Controle (Causador)	(A)telicidade		
[-]			Situação	
[-]	[-]		Estado	
[-]	[+]		Posição	
[+]			Evento	
[+]	[-]		Processo	
[+]	[-]	[-]	Dinamismo	
[+]	[-]	[+]	Mudança	
[+]	[+]		Ação	
[+]	[+]	[-]	Atividade	
[+]	[+]	[+]	Realização	

Tabela 3 – Tipologia de Estados de Coisas conforme Dik (1997, p.115-116).

³⁰ A variável *momentaneidade* deve, assim, ser entendida como *acessória* ao parâmetro *telicidade*, mas somente para os casos [+TEL]. Desse modo, ela encontra-se implícita na nova tipologia de Estado de Coisas proposta na obra de Dik (1997), cabendo uma análise cautelosa para verificação se ela agencia um caráter télico-pontual ou télico-extensivo.

De acordo com Ignácio (2005, p.90), podemos simplificar a tabela acima valendo-nos de duas informações: o Tipo de Estado de Coisas e os Traços Semânticos dos Predicadores.

Desse modo, temos:

Tipos de Estado de Coisas	Traços Semânticos dos Predicadores
1) Evento-ação-realização	Dinâmico, controlado, télico
2) Evento-ação-atividade	Dinâmico, controlado, atélico
3) Evento-processo-mudança	Dinâmico, não controlado, télico
4) Evento-processo-dinamismo	Dinâmico, não controlado, atélico
5) Situação-posição	Não dinâmico, controlado
6) Situação-estado	Não dinâmico, não controlado

Tabela 4 – Tipologia de Estados de Coisas organizada a partir dos traços semânticos dos predicadores conforme Dik (1997)

Por meio desta tabela, é possível visualizar que Dik (1997) reorganiza os Estados de Coisas dinâmicos a partir do parâmetro telicidade. Assim sendo, às *ações télicas* são atribuídas a terminologia *evento-realização*; às *ações atélicas*, o rótulo *evento-atividade*; aos *processos télicos*, tem-se o nome *evento-mudança*; aos *processos atélicos*, o rótulo *evento-dinamismo*. Os Estados de Coisas não dinâmicos – as *situações*, permanecem os mesmos: *posições* e *estados*, diferenciados única e exclusivamente pela presença ou não de um elemento causador.

Nas seções seguintes, empreendemos uma breve descrição dessas seis classes de predicadores.

2.3.4.

A tipologia de Estados de Coisas em Dik (1997)

Nesta seção, realizamos uma descrição objetiva das seis classes de predicadores sistematizadas em Dik (1997). Antes, porém, cabem algumas informações importantes.

Em relação à classificação dos predicadores quanto à valência verbal, mantemos o que já se encontra organizado: predicadores de zero lugar e de um, dois, três e quatro lugares. Além disso, também preservamos a proposta de papéis temáticos elaborada por Peres (1984), cujas funções semânticas são: Causador (C), Objeto (O), Experienciador (E), Receptor (R), Dador (D), Lugar (L), Origem (Or) e Destino (Dt). Finalmente, continuamos com os conceitos teóricos de predicação

nuclear, aquela que se configura apenas com argumentos essenciais, e predicação estendida, aquela que tanto dispõe de argumentos nucleares como também de termos satélites.

2.3.4.1.

Estados de coisas dinâmico-mutacionais, controlados e télicos: as realizações

As realizações dizem respeito aos Estados de Coisas que envolvem qualquer mudança no intervalo de tempo da sua duração. Além disso, as predicações dessa natureza demandam a ocorrência de um termo que representa uma entidade com a função semântica de CAUSADOR.

Exemplo:

↪ Bette Midler_{CAUSADOR} tem viajado_[+TEL] muito_{INTENSIDADE}

2.3.4.2.

Estados de coisas dinâmico-mutacionais, controlados e atélicos: as atividades

As atividades, assim como as realizações, dizem respeito aos Estados de Coisas que envolvem qualquer mudança no intervalo de tempo da sua duração. Portanto, as predicações dessa natureza demandam a ocorrência de um termo que representa uma entidade com a função semântica de CAUSADOR. O diferencial, porém, está no uso de predicadores atélicos.

Exemplo:

↪ O Reino Unido_{CAUSADOR} tem controlado_[-TEL] as Malvinas_{OBJETO} desde 1833_{TEMPO/DURAÇÃO}

2.3.4.3.

Estados de coisas dinâmico-mutacionais, não controlados e télicos: as mudanças processuais

As mudanças processuais dizem respeito aos Estados de Coisas que envolvem qualquer modificação no intervalo de tempo da sua duração. Entretanto, diferente das realizações, as predicações dessa natureza não demandam a ocorrência de um termo que representa uma entidade com a função semântica de CAUSADOR. Por fim, são configuradas através de predicadores télicos.

Exemplo:

- ↪ 150 pessoas_{OBJETO} tem morrido_[+TEL] por dia_{TEMPO/FREQUÊNCIA} no país_{LUGAR}
- ↪ O preço do dólar_{OBJETO} tem caído_[+TEL]

2.3.4.4.

Estados de coisas dinâmico-mutacionais, não controlados e atélicos: os *dinamismos processuais*

De forma similar ao item anterior, os dinamismos processuais dizem respeito aos Estados de Coisas que envolvem qualquer mudança no intervalo de tempo da sua duração, sem a ocorrência de um termo que representa uma entidade com a função semântica de CAUSADOR. A diferença, porém, está no uso de predicadores atélicos.

Exemplo:

- ↪ O número de apps para Android_{OBJETO} tem crescido_[-TEL] mais rápido_{MODO}
- ↪ Essa taxa_{OBJETO} tem oscilado_[-TEL] para cima e para baixo_{MODO} nos últimos anos_{TEMPO/DURAÇÃO}

2.3.4.5.

Estados de coisas não dinâmicos e controlados: as *situações posicionais*

As situações posicionais dizem respeito aos Estados de Coisas que não envolvem qualquer mudança no intervalo de tempo da sua duração e que possuem um termo que representa uma entidade dada como a causadora do *status* de duratividade traduzido na predicação.

Exemplo:

- ↪ (16) Joseph Blatter_{CAUSADOR} tem permanecido em seu hotel_{LUGAR} o restante do tempo_{TEMPO/DURAÇÃO}^{31,32}.

2.3.4.6.

Estados de coisas não dinâmicos e não controlados: as *situações estativas*

As situações estativas dizem respeito aos Estados de Coisas que não envolvem qualquer mudança no intervalo de tempo da sua duração e que não

³¹ (Estadão, 15/06/2014)

³² Embora Dik (1997) não estabeleça o uso da variável *telicidade* para os predicadores relacionados aos Estados de Coisas de situação-posição e situação-estado (Cf. Tabela 03 – página 61), entendemos que o predicador verbal PERMANECER, no exemplo em questão, apresenta características *atélicas*.

possuem um termo que representa uma entidade dada como a causadora do *status* de imutabilidade³³ traduzido na predicação.

Exemplo:

↪ O urso polar_{OBJETO} **tem sido** um quebra-cabeça científico_{OBJETO}³⁴

A versão da gramática funcional de Dik (1997) oferece um conjunto de parâmetros complementares à obra de Dik (1978). Essas ferramentas permitem uma sistematização *prévia* sobre a aspectualidade do PPC.

Tratamos dessa questão na seção abaixo.

2.3.4.7.

Sistematização prévia sobre a aspectualidade do PPC com base em Dik (1997)

De acordo com Castilho (1966, p.143), as informações sobre a telicidade dos verbos podem ser utilizadas para determinar os casos de duratividade e iteratividade com o PPC. Segundo o autor, os verbos télicos [+tel] promovem uma interpretação iterativa para esse tempo verbal, enquanto os verbos atélicos [-tel], uma visão durativa. Consequentemente, como as classes de predicadores em Dik (1997) encontram-se sistematizadas com o auxílio do parâmetro *telicidade*, temos a seguinte *sistematização prévia* sobre a aspectualidade do PPC:

Tipos de Estado de Coisas	Traços Semânticos dos Predicadores	Aspectualidade do PPC
1) Realizações	Dinâmico, controlado, télico	Iterativa
2) Atividades	Dinâmico, controlado, atélico	Durativa
3) Mudanças processuais	Dinâmico, não controlado, télico	Iterativa
4) Dinamismos processuais	Dinâmico, não controlado, atélico	Durativa
5) Situações posicionais	Não dinâmico, controlado	Durativa
6) Situações estativas	Não dinâmico, não controlado	Durativa

Tabela 5 – Sistematização prévia sobre a aspectualidade do PPC a partir dos traços semânticos dos predicadores com base em Dik (1997).

Essa sistematização prevê uma possibilidade de descrição da aspectualidade do PPC a partir das informações inerentes à telicidade do predicator verbal e das

³³ A noção de *imutabilidade* diz respeito à *permanência* de um Estados de Coisas, ou seja, uma perspectiva que privilegia a *atelicidade*. A ideia de *mutabilidade*, em contrapartida, reforça a *telicidade*.

³⁴ Nesse exemplo, o predicator verbal SER possui valor *atélico*.

informações concernentes aos parâmetros *dinamismo/mutacional* e *controlado/causador*. De acordo com a tabela, as *realizações* e *mudanças processuais* tratam dos casos de iteratividade; as *atividades*, *dinamismos processuais*, *situações posicionais* e *estativas* estão, a princípio, responsáveis pelos casos de duratividade.

Concluimos, assim, as questões referentes aos pressupostos teóricos que embasam esta tese.

O capítulo seguinte traz as informações concernentes aos elementos metodológicos.